



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

**BALANÇO**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

CNPJ: 19.907.343/0001-62

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022

Em R\$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
		(a)	(b)	(c)	d = (c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		-	-	<b>335,01</b>	<b>335,01</b>
RECEITA PATRIMONIAL	01	-	-	335,01	335,01
Receitas de Valores Mobiliários		-	-	335,01	335,01
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>		-	-	<b>335,01</b>	<b>335,01</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)</b>		-	-	<b>335,01</b>	<b>335,01</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>		-	-	<b>107.235.491,84</b>	-
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>		-	-	<b>107.235.826,85</b>	<b>335,01</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		-	-	<b>999.979,33</b>	-
Superávit Financeiro		-	-	999.979,33	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
		(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>100.201.205,00</b>	<b>102.304.560,17</b>	<b>101.892.601,98</b>	<b>101.455.972,75</b>	<b>101.455.972,75</b>	<b>411.958,19</b>
Pessoal e Encargos Sociais		67.000.000,00	84.030.647,44	83.851.777,91	83.851.777,91	83.851.777,91	178.869,53
Outras Despesas Correntes		33.201.205,00	18.273.912,73	18.040.824,07	17.604.194,84	17.604.194,84	233.088,66
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>	02	<b>6.300.000,00</b>	<b>5.343.224,87</b>	<b>5.343.224,87</b>	<b>1.618.236,31</b>	<b>1.618.236,31</b>	-
Investimentos		6.300.000,00	5.343.224,87	5.343.224,87	1.618.236,31	1.618.236,31	-
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)</b>		<b>106.501.205,00</b>	<b>107.647.785,04</b>	<b>107.235.826,85</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>411.958,19</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI+XII)</b>		<b>106.501.205,00</b>	<b>107.647.785,04</b>	<b>107.235.826,85</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>411.958,19</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>		<b>106.501.205,00</b>	<b>107.647.785,04</b>	<b>107.235.826,85</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>103.074.209,06</b>	<b>411.958,19</b>
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados**

Em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	03	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	f = (a+b-d-e)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		-	<b>1.272.844,85</b>	<b>1.199.979,42</b>	<b>1.199.979,42</b>	<b>72.865,43</b>	-
Outras despesas correntes		-	1.272.844,85	1.199.979,42	1.199.979,42	72.865,43	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	<b>31.912,65</b>	<b>31.912,65</b>	<b>31.912,65</b>	-	-
Investimentos		-	31.912,65	31.912,65	31.912,65	-	-
<b>TOTAL</b>		-	<b>1.304.757,50</b>	<b>1.231.892,07</b>	<b>1.231.892,07</b>	<b>72.865,43</b>	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	04	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b-c-d)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		-	626,34	626,34	-	-
Outras despesas correntes		-	626,34	626,34	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		-	626,34	626,34	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

### 3.1 – Balanço Orçamentário

#### 3.1.1 – Conceito

A elaboração do Balanço Orçamentário está prevista na Lei 4.320/64 e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário da Procuradoria Geral do Estado - PGE apresenta déficit orçamentário no valor de R\$ 107.235.491,84 (cento e sete milhões, duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), posto que, a unidade não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos no interesse da Administração Pública. Tal desequilíbrio é compensado através do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento anual de 2023.

#### 3.1.2 – Regime Contábil

No regime orçamentário, o regime contábil aplicado à contabilidade pública é o MISTO, conforme preceitua a lei 4.320/1964 em seu art. 35º:

*Art. 35º Pertencem ao exercício financeiro:*

*I - as receitas nele arrecadadas; (regime de caixa)*

*II - as despesas nele legalmente empenhadas. (regime de competência)*

#### 3.1.3 – Orçamento Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada, pela Lei nº 5.527 - Lei Orçamentária Anual – LOA - 2023, publicada Diário Oficial Suplementar do Estado de Rondônia n.º 4.2, de 6 de janeiro de 2023, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2023” estabeleceu o orçamento da Procuradoria Geral do Estado - PGE em R\$ 106.501.205,00 (cento e seis milhões, quinhentos e um mil duzentos e cinco reais).

No decorrer do exercício de 2023, houve suplementações no valor de R\$ 19.938.453,90 (dezenove milhões, novecentos e trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos), reduções e cancelamentos no valor de R\$ 18.715.753,86 (dezoito milhões, setecentos e quinze mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos).

Assim, a composição do orçamento atualizado da Procuradoria Geral do Estado-PGE ao final do Exercício de 2023, ficou no total de R\$ 107.647.785,04 (cento e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) e realizou transferências orçamentárias ao Fundo Penitenciário – FUPEM no valor total de R\$ 76.120,00 (setenta e seis mil cento e vinte reais) instruído através do processo SEI 0020.002052/2023-87.

Da importância que se empenhou no exercício de 2023 no valor de R\$ 107.235.826,85 (cento e sete milhões, duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos), foram pagos R\$ 103.074.209,06 (cento e três milhões, setenta e quatro mil duzentos e nove reais e seis centavos) sendo inscritos em Restos a Pagar o montante de R\$ 4.161.617,79 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil seiscentos e dezessete reais e setenta e nove centavos), referentes a Restos a Pagar Não Processados - RPNP.

#### 3.1.4 – Notas Explicativas

##### Nota 01 – Receita Patrimonial

Conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (9ª ed.), as Receitas Patrimoniais referem-se ao registro do valor da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária.

A receita de “Remuneração de Depósitos Bancários - Principal” da PGE no exercício de 2023 é referente aos rendimentos de aplicações financeiras das contas bancárias tipo "D" da PGE, ou seja, são recebidos com base nos recursos disponíveis em conta de aplicação ainda não utilizados. Apresenta saldo ao final do exercício de 2023 no importe de R\$ R\$ 335,01 (trezentos e trinta e cinco reais e um centavo) das contas bancárias tipo "D" do Banco do Brasil – 001, agência 2757-X, vinculadas a PGE.

Destacamos, que esta Unidade Gestora não tem natureza arrecadadora e os registros de receita realizadas no Balanço Orçamentário refere-se a rendimentos de aplicação financeiras, das contas bancárias, com denominação "D" para pagamentos de despesas da PGE, vinculadas as Fontes de Recurso 0100, proveniente de transferências financeiras debitando na conta contábil 1.1.1.1.1.02.02 - Conta Única do Tesouro, UG/Gestão 140001/00001 – SEFIN e registrando uma variação patrimonial aumentativa por meio do documentos ordem bancária - OB pelo SIGEF/RO, em cumprimento aos termos do Decreto nº 16.883/2012.

##### Nota 02 - Despesas Correntes e Despesas de Capital

O orçamento é o instrumento de planejamento e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período.

É por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA que a Administração Pública fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro.

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. É representada ainda por toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de

dotação orçamentária, para ser efetivada.

O montante das despesas empenhadas no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE destinada à Pessoal e Encargos Sociais corresponde a R\$83.851.777,91 (oitenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos) no exercício de 2023, corresponde a 77,89% do total da dotação orçamentária atualizada da PGE.

A Subcoordenação de Gestão de Pagamentos Judiciais - SGPJ, unidade vinculada à Diretoria Financeira - DFIN e a Secretaria-Geral - SG, com competências fixadas no art. 34 da Resolução n. 13-CSPGE/2022/PGE-GAB, durante o período o exercício de 2023, atuou de forma integrada com as demais unidades administrativas da PGE, em especial quanto à execução do pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) Diversas, de honorários de Peritos, Tradutores, Intérpretes, Órgãos Técnicos ou Científicos e Advogados Dativos, de acordo com o Termo de Ajuste de Gestão firmado entre a PGE e o Tribunal de Justiça em 17 de agosto de 2021, bem como às demais RPV's em que o Estado foi condenado ao pagamento.

Quanto à nomenclatura, foi feita a seguinte divisão: Dativos, Peritos e Diversas (nomenclatura adotada internamente, relativa às demais RPV's).

Na ação de Dativos, extraído as informações do SIGEF, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 500.963,11 (quinhentos mil novecentos e sessenta e três reais e onze centavos).

Na ação de Peritos, extraído as informações do SIGEF, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 740.784,79 (setecentos e quarenta mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Na ação de Diversas, extraído as informações do SIGEF, que estão em consonância com o Portal da Transparência, foram pagos nesta ação o valor de R\$ 18.639.727,43 (dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos).

O montante das despesas empenhadas no grupo outras despesas correntes, foi de R\$ 18.040.824,07 (dezoito milhões, quarenta mil oitocentos e vinte e quatro reais e sete centavos), representando 16,76% da dotação orçamentária atualizada da PGE.

#### **Nota 03 - Do Anexo 1- Execução dos Restos a Pagar não Processados**

Em análise à demonstração da execução no exercício de 2023 dos restos a pagar inscritos em 31/12/2022 no valor inscrito na ordem de R\$ 1.304.757,50 (um milhão, trezentos e quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos). Desse total, houve o pagamento de R\$ 1.231.892,07 (um milhão, duzentos e trinta e um mil oitocentos e noventa e dois reais e sete centavos), que representa 94,42% do valor total de restos a pagar não processados inscritos e o cancelamento de R\$ 72.865,43 (setenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos), que representa 5,58% do valor total de restos a pagar não processados inscritos.

#### **Nota 04 - Do Anexo 2 - Execução dos Restos a Pagar Processados**

Verifica-se que do total da execução no exercício de 2023 dos restos a pagar inscritos em 31/12/2022 no valor de R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), correspondem a outras despesas correntes, dos quais foram pagas 100%.

Os procedimentos quanto a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, são dos Ordenadores de Despesas, que é a autoridade administrativa, para ordenar a execução de despesas orçamentárias como a emissão de notas de empenho e a autorização para liquidação e pagamento das despesas, determinada por lei.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

#### **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

#### **ESDRAS SIMIONATO PAZ**

Diretor de Planejamento e Finanças

#### **THIAGO DENGER QUEIROZ**

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760429** e o código CRC **0AF3ABDC**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

**BALANÇO**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CNPJ: 19.907.343/0001-62

**BALANÇO FINANCEIRO**

Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022

Em R\$1,00

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)</b>		<b>335,01</b>	<b>249,55</b>
Ordinária	5	335,01	249,55
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>6</b>	<b>120.219.233,42</b>	<b>95.393.340,38</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		108.673.930,34	85.727.461,79
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		11.545.303,08	9.665.878,59
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>7</b>	<b>28.230.955,33</b>	<b>21.035.609,60</b>
Inscrição RPNP do Exercício		4.161.617,79	1.304.757,50
Inscrição RPP do Exercício		-	626,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados / Ativo		24.062.650,62	19.729.595,21
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		6.686,92	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	630,55
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>		<b>1.313.120,69</b>	<b>2.229.923,19</b>
Caixa e equivalente de caixa		1.313.120,69	2.229.923,19
<b>TOTAL(V)=(I+II+III+IV)</b>		<b>149.763.644,45</b>	<b>118.659.122,72</b>
DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)</b>		<b>107.235.826,85</b>	<b>83.637.571,96</b>
Ordinária		107.235.826,85	83.637.571,96
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>9</b>	<b>12.966.905,26</b>	<b>12.004.585,02</b>
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		78.322,80	115.648,48
Transf. Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		12.888.582,46	11.888.936,54
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>		<b>25.348.038,39</b>	<b>21.703.845,05</b>
Pagamento de RPNP		1.231.892,07	1.485.613,17
Pagamento RPP		626,34	488.628,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.019.131,31	19.728.654,03
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		96.388,67	-
Ajustes de exercícios anteriores		-	949,67
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>		<b>4.212.873,95</b>	<b>1.313.120,69</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	4.212.873,95	1.313.120,69
<b>TOTAL (V) =(VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>149.763.644,45</b>	<b>118.659.122,72</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Especificação	nota	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
		Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Ordinária		335,01	-	335,01	249,55	-	249,55
Vinculada		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>335,01</b>	-	<b>335,01</b>	<b>249,55</b>	-	<b>249,55</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

### 3.2 – Balanço Financeiro

#### 3.2.1 - Conceito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 9ª Ed.), o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

As retenções em folha de pagamento são aplicadas por regime de competência.

As retenções de serviços são contabilizadas pelo regime de caixa, ocorrendo a retenção no momento do pagamento do fornecedor, ou seja, na baixa da obrigação. Tal procedimento fundamentado no § 7º do artigo 150 da CF, in legis:

*§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.*

#### 3.2.2 – Notas Explicativas

##### Nota 05 – Receita Orçamentária - Ordinário

Compreende o valor de R\$ 335,01 (trezentos e trinta e cinco reais e um centavo) decorrente da receita de rendimento de aplicação financeira do período de janeiro a dezembro de 2023, das contas bancárias cadastradas e vinculadas no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, que foram registradas na fonte de recurso 0100, como Remuneração de Depósitos Bancários.

##### Nota 06 – Transferências e Delegações Recebidas

Registrada na conta contábil variação patrimonial aumentativa 4.5.1.1.2.02.00.00 – Repasse Recebido (Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária) no valor de R\$ 108.673.930,34 (cento e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) e conta 4.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Débito (Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária) no valor de R\$ 11.545.303,08 (onze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e três reais e oito centavos) no período de janeiro a dezembro de 2023, esses valores se referem às Ordens Bancárias - OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro e de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

##### Nota 07 – Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, sendo que esta Unidade Gestora apresentou o saldo de R\$ 28.230.955,33 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta mil novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos) composto pelas contas abaixo discriminadas:

##### 6.3.1.7.0.00.00 – RP não processados – Inscrição no Exercício

Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 4.161.617,79 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil seiscentos e dezessete reais e setenta e nove centavos);

##### 2.1.8.8.0.00.00 – Valores Restituíveis

Representa a movimentação a crédito da conta contábil que perfizeram em R\$ 24.062.650,62 (vinte e quatro milhões, sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos) que são referentes aos pagamentos de entradas compensatórias.

##### Nota 08 – Despesas Orçamentárias - Ordinária

Saldo registrado ao longo do exercício financeiro de 2023 o valor de R\$ 107.235.826,85 (cento e sete milhões, duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos).

##### Nota 09 – Transferências e Delegações Concedidas

Registrado na conta de variação patrimonial diminutiva 3.5.1.1.2.02.00 - Repasse Concedido apresenta o valor de R\$ 78.322,80 (setenta e oito mil trezentos e vinte e dois reais e oitenta centavos) referente aos pagamentos por Ordens Bancárias de descentralização de crédito para a UG/Gestão 210011/21011 e 140001/00001, subsidiar convênio FUPEN.

#### **Nota 10 – Caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte**

O Balanço Financeiro do exercício de 2023 da Procuradoria Geral do Estado evidencia um saldo de caixa e equivalente de caixa para o exercício seguinte na ordem de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Cabe destacar que, o saldo apresentado na conciliação bancária de dezembro/2023 referente à unidade PGE no importe de R\$ R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), posto que, em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

No caso da unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial são compostos pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo “D”), que ao final do exercício de 2023 apresentaram saldo de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) respectivamente, totalizando o saldo de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Assim, os recursos evidenciados nos Balanços Financeiro e Patrimonial da PGE ao final do exercício de 2023 referente à conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única, de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na Conta Única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estarem disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

O saldo contábil de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), disponível na conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil), refere-se a recursos para o pagamento de restos a pagar inscritos em 31/12/2023 para serem executados ao longo do exercício de 2024, sendo o valor de R\$ 4.161.617,79 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil seiscentos e dezessete reais e setenta e nove centavos) restos a pagar não processados. Já o saldo contábil de R\$ R\$ R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos), disponível na conta 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo “D”), refere-se a garantia de caução em contrato celebrado entre a PGE e a empresa EDITORA FORUM LTDA, pelos serviços de “biblioteca virtual”, previsto no Contrato n.º 378/PGE/2021, instruído através do processo SEI n.º 0020.114966/2021-28, com vigência até 29/06/2023, prorrogado por 12 meses, o qual ficará retido e durante esse período terá rendimento de aplicação financeira, do qual ao final do contrato, não existindo pendências na execução do contrato, será repassado à empresa EDITORA FORUM LTDA.

Portanto, o recurso referente à Conta Única - Conta "U" -11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado nos Balanços Financeiro e Patrimonial da PGE com o saldo de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) em dez/2023. Vejamos:

Detalhar Conta - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2023/CTB/CTBDetalharContaCorrente.aspx?CdTransacao=365

### Detalhar Conta

\* Unidade Gestora / Gestão    Incluir Saldos Zerados

\* Conta Contábil

Conta Corrente   

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	14.820.048,29	13.098.689,86	2.238.496,16 D
001 02757X 0000100005 1.501.0.00001	3.000.426,86	1.039.206,25	1.965.846,18 D
Totais <input type="text" value="17.820.475,15"/> <input type="text" value="14.137.896,11"/> <input type="text" value="4.204.342,34 D"/>			

Ao passo que, os recursos referentes às Demais Contas - Contas Derivadas - Contas "D" - (Banco 001, Ag. 2757-X, conta corrente 10977-0) disponíveis à Procuradoria Geral do Estado e geridos pela própria unidade, portanto, passíveis de conciliação bancária, foram evidenciados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (conta contábil 1111190100) da PGE com o saldo total de R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos), em dez/2023. Vejamos:

Detalhar Conta - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2023/CTB/CTBDetalharContaCorrente.aspx?CdTransacao=365

### Detalhar Conta

\* Unidade Gestora / Gestão    Incluir Saldos Zerados

\* Conta Contábil

Conta Corrente   

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000098698	22,94	2.435,00	7,80 D
001 02757X 0000109770	58,08	0,00	8.523,81 D
Totais <input type="text" value="81,02"/> <input type="text" value="2.435,00"/> <input type="text" value="8.531,61 D"/>			

Deste modo, considerando que apenas esta conta corrente, referente às Demais Contas - Contas "D" (Banco 001, Ag. 2757-X, conta corrente 10977-0), apresentou saldo na conciliação bancária da Procuradoria Geral do Estado, e que, em 31 de dezembro de 2023, apresentou o saldo final de R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) que somados ao saldo da conta única do Tesouro Estadual no importe de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2023 no importe de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme evidenciado a seguir:

**Detalhar Conta**

\* Unidade Gestora / Gestão    Incluir Saldos Zerados

\* Conta Contábil

Conta Corrente   

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
001 02757X 0000098698 1.500.0.00001	182,57	22,94	7,80C
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	13.098.689,86	14.820.048,29	2.238.496,16C
001 02757X 0000100005 1.501.0.00001	1.039.206,25	3.000.426,86	1.965.846,18C
001 02757X 0000109770 1.869.0.00000	0,00	58,08	8.523,81C
Totais	14.138.078,68	17.820.556,17	4.212.873,95C

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

**RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

**ESDRAS SIMIONATO PAZ**

Diretor de Planejamento e Finanças

**THIAGO DENGER QUEIROZ**

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760442** e o código CRC **FA752AEF**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

**BALANÇO**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

CNPJ: 19.907.343/0001-62

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964

Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022

Em R\$1,00

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	4.212.873,95	1.313.120,69
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	<b>35</b>	<u>131.467.912,66</u>	<u>109.340.134,03</u>
Dívida Ativa Tributária		167.755.613,00	183.973.545,66
Dívida Ativa Não Tributária		14.313.722,00	5.736.433,00
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo		- 50.601.422,34	- 80.369.844,63
Demais Créditos a Curto Prazo		89.701,75	-
Estoques	12	57.114,23	59.655,39
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>135.827.602,59</b>	<b>110.712.910,11</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo		6.627.265.259,60	4.688.233.724,59
<u>Créditos a Longo Prazo</u>		<u>6.627.265.259,60</u>	<u>4.688.233.724,59</u>
Dívida Ativa Tributária		12.414.986.987,83	11.336.819.350,39
Dívida Ativa Não Tributária		4.943.563.743,33	4.665.657.187,64
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Longo Prazo		- 10.731.285.471,56	- 11.314.242.813,44
<u>Imobilizado</u>		<u>11.718.909,86</u>	<u>11.011.803,11</u>
Bens móveis	13	6.494.336,20	6.916.154,99
Bens Imóveis	14	7.921.130,18	6.315.660,87
(-) Depreciação, Exaustão Amortização Acumulado		- 2.696.556,52	- 2.220.012,75
Intangível	15	1.846.830,60	1.846.830,60
Softwares		1.846.830,60	1.846.830,60
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.640.831.000,06</b>	<b>4.701.092.358,30</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.776.658.602,65</b>	<b>4.811.805.268,41</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17	-	626,34
Valores Restituíveis	18	51.256,16	7.736,85
Demais Obrigações a Curto Prazo	19	21.650,00	21.650,00
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>72.906,16</b>	<b>30.013,19</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>72.906,16</b>	<b>30.013,19</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Demais Reservas		2.664.427,31	2.664.427,31
<u>Resultados Acumulados</u>		<u>6.773.921.269,18</u>	<u>4.809.110.827,91</u>
Superávit/Déficits do Exercício		1.964.839.643,20	4.797.303.977,48
Superávit/Déficits de Exercício Anterior		4.809.110.827,91	11.146.474,63
Ajustes de exercícios anteriores		- 29.201,93	660.375,80
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>	<b>6.776.585.696,49</b>	<b>4.811.775.255,22</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.776.658.602,65</b>	<b>4.811.805.268,41</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

Em R\$1,00

<b>ATIVO (I)</b>	<b>NOTA</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
Ativo Financeiro		4.212.873,95	1.313.120,69
Ativo Permanente		6.772.445.728,70	4.810.492.147,72
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.776.658.602,65</b>	<b>4.811.805.268,41</b>
<b>PASSIVO (II)</b>			
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>NOTA</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
Passivo Financeiro		4.212.873,95	1.313.120,69
Passivo Permanente		21.650,00	21.650,00
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.234.523,95</b>	<b>1.334.770,69</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I) - (II)</b>		<b>6.772.424.078,70</b>	<b>4.810.470.497,72</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Em R\$1,00

<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>NOTA</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		-	-
Direitos Contratuais em Execução		-	-
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>			
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>NOTA</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Obrigações Contratuais a Executar		-	-
Outros Atos Potencias Passivos		-	-
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**3.3 – Balanço Patrimonial**

**3.3.1 - Conceito**

Quadro Principal: Conforme o MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

**3.3.2 – Notas Explicativas**

**Ativo Circulante**

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais que são considerados caixa ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

**Nota 11 - Caixa e equivalentes de caixa**

No Exercício de 2023 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Em que pese termos justificado os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em notas anteriores (Balanço Financeiro), é de suma importância novamente evidenciarmos que o saldo apresentado na conciliação bancária de dez/2023, referente à unidade PGE, no importe de R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e

doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), em respeito ao princípio da Unidade de Tesouraria, na qual a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, e que os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única (Conta "U"), de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na conta única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estar disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

Desta forma, as unidades gestoras realizam conciliação bancária mensal apenas das contas derivadas, denominadas "Contas D".

Na unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciado no Balanço Patrimonial é composto pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 1111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo "D"), que ao final do exercício de 2023 apresentaram saldo de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) respectivamente, totalizando um saldo de caixa e equivalentes de caixa no importe de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Portanto, o recurso referente à Conta Única (Banco 001, Ag. 2757-x, Conta Corrente 100005) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado no Balanço Patrimonial, conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil), da PGE com o saldo de R\$ 4.204.342,34 (quatro milhões, duzentos e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) em dez/2023, que somados aos recursos das Demais Contas - Contas Derivadas (Contas "D", conta contábil 1111190100) no importe de R\$ 8.531,61 (oito mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2023 no importe de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Os recursos da Procuradoria Geral do Estado são da fonte de recursos ordinários próprios do Poder Executivo - Recursos do Tesouro - Fonte 0100.

#### Nota 12 - Estoques Material de Consumo

Apresentou no final do exercício de 2023 o saldo de R\$ 59.655,39 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), de todas as movimentações de entradas e saídas, conciliadas ao longo do exercício de 2022.

Descrição	Exercício 2023	Exercício 2022
<b>07 - GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO</b>	21.664,87	14.785,76
<b>16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE</b>	11.011,55	12.323,69
<b>17 - MATERIAL DE PROC. DE DADOS</b>	6.500,00	12.650,00
<b>21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA</b>	2.017,84	2.453,08
<b>22 - MATERIAL DE LIMPEZA</b>	<b>3.320,62</b>	<b>4.104,68</b>
<b>26 - MATERIAL ELÉTRICO</b>	273,90	11,38
<b>28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEG.</b>	12.325,45	12.568,00
<b>Total</b>	<b>57.114,23</b>	<b>59.655,39</b>

Após reavaliações de saldos, realização de inventário físico e financeiro, desenvolvimento e aplicação de melhores práticas na gestão de estoques de almoxarifados, para que a unidade tenha mais efetividade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Procuradoria Geral do Estado ratifica os saldos apresentados de Estoques no importe de R\$ 57.114,23 (cinquenta e sete mil cento e quatorze reais e vinte e três centavos) no Balanço Patrimonial de 2023, posto que, este representa fidedignamente o inventário físico-financeiro dos bens em almoxarifado da unidade em 31 de dezembro de 2023.

#### Nota 13- Imobilizado - Bens Móveis e (-) Depreciação Acumulada

Os bens móveis registrados no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral do Estado, ao final do exercício de 2023, estão divididos da seguinte forma:

Bens Móveis	Valor (R\$)
123110100 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	196.051,02
123110200 BENS DE INFORMÁTICA	3.172.890,93
123110300 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.576.483,29
123110400 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	56.768,96
123110500 VEÍCULOS	492.142,00
<b>Sub-total Bens Móveis</b>	<b>6.494.336,20</b>
123800000 (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-2.614.113,97
<b>Total Bens Móveis</b>	<b>3.880.222,23</b>

Considerando o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, que regulamenta a gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estadual, bem como considerando o processo de regularização patrimonial e a modernização da gestão patrimonial do Poder Executivo do Estado de Rondônia, foram realizadas as reavaliações dos bens móveis localizados ao longo do exercício de 2023, e incorporados ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2023.

A Procuradoria Geral do Estado, por meio do Procurador Geral, constituiu Comissão através Portaria nº 303, de 09 de maio de 2023, para realizar o Relatório anual e Inventário e Desfazimento de bens móveis permanentes, para o exercício de 2023, da Procuradoria Geral, com o objetivo principal de fazer o levantamento físico dos bens patrimoniais e a elaboração do relatório de Inventário físico e financeiro exercício financeiro de 2023.

De acordo ainda com o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, art. 55, § único, inc. III, o Relatório Final de Inventário deverá constar a relação de “Bens Não Localizados” destacando a última localização registrada e seu respectivo responsável.

Ao final do exercício de 2023 o valor contábil dos bens móveis estão de acordo com o Anexo TC-15 (0045921255).

#### **Nota 14 - Imobilizado - Bens Imóveis e Depreciação Acumulada**

Os Bens Imóveis desta Procuradoria Geral do Estado, estão registrados no valor de R\$ 7.921.130,18 (sete milhões, novecentos e vinte e um mil cento e trinta reais e dezoito centavos) registrado pelo valor contábil bruto, sendo que R\$ 1.605.469,31 (um milhão, seiscentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos) são obras em andamento, conforme quadro abaixo:

LOCALIZAÇÃO IMÓVEL	CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	VALOR DO BEM
CACOAL	12321010300	EDIFÍCIO	1.799.076,28
	12321010400	TERENO	756.976,40
VILHENA	12321010300	EDIFÍCIO	1.794.086,77
	12321010400	TERENO	280.855,34
JI-PARANÁ	12321010300	EDIFÍCIO	1.353.389,75
	12321010400	TERENO	331.276,33
SUBTOTAL			6.315.660,87
Obras em andamento			1.605.469,31
Depreciação Acumulada			82.442,55
TOTAL LÍQUIDO			7.838.687,63

No exercício de 2023, foi realizado a depreciação dos bens imóveis, no valor acumulado de R\$ 82.442,55 (oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

#### **Nota 15 – Intangíveis (Softwares)**

Perfizeram o saldo de R\$ 1.846.830,60 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta reais, sessenta centavos) registrado na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES pelo valor contábil bruto. Durante o processo de reavaliação esta classe contábil - intangíveis, não foram reavaliados, ficando para a comissão permanente de inventário e desfazimento, realizar os procedimentos de gestão patrimonial.

#### **Nota 16 - Obrigações trabalhistas, previdenciária**

Não apresenta valores a pagar em 31/12/2023.

Atualmente, a Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP é responsável por gerenciar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento e recolhimentos dos encargos sociais e posterior efetuar os registros de regularização no SIGEF da PGE.

#### **Nota 17 - Fornecedores e contas a pagar a Curto Prazo**

Compreende valores de fornecedores não financiados a pagar no saldo de R\$ 626,34 (seiscentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), referente fatura de prestadora de serviços de telefonia móvel com a empresa Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S/A, do mês 12/2022 inscrito em restos a pagar processados.

#### **Nota 18 – Valores Restituíveis**

Refere-se à valores restituíveis no valor de R\$ 51.256,16 (cinquenta e um mil duzentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 01	Valores R\$
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>51.256,16</b>
Consignações	1.350,63

Depósitos Judiciais	1.221,64
Depósitos Não Judiciais	24.438,68
Inter OFSS-União Consignações	24.245,21

#### **Nota 19 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

Refere-se à obrigações decorrentes de transações sem contraprestação – Bens Móveis Intra no valor de R\$ 21.650,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais), Estorno devido fim de cedência e lançamento não fora de UG1 E UG2. Registro do recebimento da cessão não onerosa de bens móveis.

#### **Nota 20 – Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

A conta “Superávits ou Déficits do Exercício” contém o saldo apurado entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

No exercício de 2023 foi apurado superávit patrimonial de R\$ 1.964.839.643,20 (um bilhão, novecentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos). Valor este representado quase que pela totalidade em virtude da Dívida Ativa.

#### **Nota 21 - Ajuste de Exercício Anteriores**

A contabilização realizada na conta de Ajustes de Exercícios anteriores, ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes a referida conta. Foram lançamentos realizados por ajustes patrimoniais por reavaliações bens móveis e imóveis, incorporação e desincorporação de bens móveis.

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final negativo na ordem de - R\$ 29.201,93 (vinte e nove mil duzentos e um reais e noventa e três centavos), de ajuste que se fez em razão de não ter sido realizado o lançamento de depreciação de bens móveis e imóveis em anos anteriores.

#### **Nota 22 - Superávit/Déficit Financeiro**

Corresponde à diferença positiva ou negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, evidenciando por fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais.

A Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2023, não apresentou superávit/déficit, devido o valor do seu ativo financeiro R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), subtraindo do valor do seu passivo financeiro no valor de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), resultar no valor de R\$ 0,00 (zero). Resultado de esta Procuradoria Geral do Estado, envidar esforços necessários para regularizar suas contas de conciliação bancárias e demonstrar que não recebeu recurso do Tesouro do Estado maior que o necessário para executar suas atividades.

#### **Nota 35 - Dívida Ativa Curto e Longo Prazo**

**Considerando o encerramento do exercício de 2023 e a necessidade de calcular o valor de Ajuste de Perdas da Dívida Ativa do Estado de Rondônia;**

**Considerando a publicação da Resolução N. CONJUNTA Nº 01/2022/PGE-GAB (0034792376), o qual definiu em seu Capítulo II os procedimentos para apuração do Ajuste de Perdas da Dívida Ativa, que determina que a responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas, sendo denominado Ajuste para Perdas da Dívida Ativa, é da Procuradoria Geral do Estado e que a mensuração do ajuste para perdas deve ser preferencialmente baseada em estudos especializados que qualifiquem os créditos através de ratings, caso a metodologia seja diferente de ratings deverá ser justificada em Notas Explicativas;**

**Considerando, ainda, a necessidade e com a finalidade de atender às determinações contidas no APL-TC 00125/22, proferido no âmbito do Processo 01883/20 junto ao TCE/RO e em reunião realizada com a Coordenadoria Especializada em Finanças do Estado de Rondônia do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no período de Consulta Pública para atualização das normas que tratam da Dívida Ativa do Estado de Rondônia, de acordo com Ata de Reunião (0034578799);**

**Esta Coordenação de Contabilidade Institucional tomou as providências abaixo relacionadas e critérios de apuração do Ajuste de Perdas da Dívida Ativa para registro no exercício de 2023:**

**1 - Através do Contrato de Consultoria N.º 0957/PGE/2022 (0034177926) foi entregue modelo de Rating Qualitativo e Quantitativo, e devido a ajustes tecnológicos não foi possível realizar ainda no exercício de 2023 os levantamentos no Ajuste de Perdas no modelo entregue pela FALCONI pela área responsável desta Procuradoria;**

**2 - Foi disponibilizado no Processo SEI 0020.001856/2023-69, a homologação do Relatório de Estoque da Dívida Ativa de Dezembro/2023 por meio do Despacho da PGE-PAF (0044903644), relatório das Dívidas Ativas tributárias e**

não tributárias, cuja última guia de lançamento possua mais de 10 (dez) anos de vencimento na data da apuração do estoque de Dívida Ativa do período e relatório de Parcelamento de Dívida Ativa, estes dois últimos disponibilizados no sistema de Estoque da Dívida Ativa (<https://estoque.dividaativa.sefin.ro.gov.br>);

3 - A LOA/2024 foi aprovada através da Lei n.º 5.733, de 9 de janeiro de 2024, publicado no DIOF Suplementar N.º 5.1, de 9 de janeiro de 2024, onde está previsto as receitas para o exercício de 2024 com Dívida Ativa Tributária e Não Tributária;

Após esses procedimentos foram realizados por esta Coordenação de Contabilidade Institucional apuração de Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária dividido em Ajuste de Perdas de Curto Prazo e Ajuste de Perdas de Longo Prazo, com os critérios abaixo:

**a) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIO - CURTO PRAZO**

Foram registrados no Curto Prazo os Créditos de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a previsão de receitas contidas na LOA/2024:

Lei Orçamentária Anual - LOA/2024 - ANEXO I - Lei nº 5733, de 9 de janeiro de 2024	
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	
<b>IPVA</b>	<b>VALOR PREVISTO</b>
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	17.215.247,00
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.724.799,00
<b>TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA IPVA</b>	<b>20.940.046,00</b>
<b>ICMS</b>	<b>VALOR PREVISTO</b>
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	136.471.806,00
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	10.136.161,00
<b>TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA ICMS</b>	<b>146.607.967,00</b>
<b>TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>167.548.013,00</b>
<b>DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA</b>	
<b>TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE DÍVIDA ATIVA</b>	<b>VALOR PREVISTO</b>
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	2.866.553,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.590.872,00
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	236.946,00
Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	2.230.194,00
Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	306.174,00
Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	26.203,00
Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	3.390.173,00
Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.544.389,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Dívida Ativa	71.892,00
Multas e Juros Previstos em Contratos - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	6.142,00
Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	13.695,00
Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	30.489,00
<b>TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>14.313.722,00</b>
<b>TOTAL PREVISTO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>181.861.735,00</b>

Não constou na LOA/2024 previsão de receita com recebimentos de Créditos de Dívida Ativa com o ITCMD, o qual foi lançado a previsão de recebimento o valor de R\$ 207.600,00, constante na Planilha de Estoque de Dívida Ativa - Parcelamentos, classificado como Curto Prazo;

Dessa forma foi registrado no Curto Prazo o valor de Crédito de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária o valor de R\$182.069.335,00.

#### CÁLCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA:

Foi utilizada a seguinte fórmula: Ajuste de Perdas Tributária - Curto Prazo = Previsão da LOA/2024 - Meta de Arrecadação ( Média de Arrecadação últimos 5 anos (Portaria n° 442/PGE/GAB/2021)

Previsão LOA/2024 = R\$ 183.802.323,00

Meta de Arrecadação = R\$ 104.006.121,67

Ajuste de Perdas Tributárias - Curto Prazo = R\$ 79.796.201,33

#### CÁLCULO DE AJUSTE DE PERDAS NO CURTO PRAZO PARA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA:

Não foi possível utilizar a mesma metodologia aplicada ao Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária de Curto Prazo para o Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária Curto Prazo, devido a Previsão na LOA/2024 para créditos de Dívida Ativa Não Tributária um valor bem abaixo da média de arrecadação que nos últimos 5 anos está no valor de R\$ 38.347.893,34 e a Previsão na LOA/2024 é de R\$ 14.313.722,00, dessa forma foi realizado uma projeção de perdas para o valor previsto na LOA/2024 no percentual de R\$ 10%.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária - Curto Prazo, no valor de R\$573.643,30.

ARRECADAÇÃO ÚLTIMOS CINCO ANOS - SEFIN			
ANO	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL
2019	49.729.217,31	48.027.630,91	97.756.848,22
2020	65.414.128,69	32.971.285,62	98.385.414,31
2021	226.720.965,08	26.714.917,27	253.435.882,35
2022	120.152.166,39	28.582.975,63	148.735.142,02
2023	130.911.336,85	18.756.299,17	149.667.636,02
TOTAL	592.927.814,32	155.053.108,60	747.980.922,92
MÉDIA	118.585.562,86	31.010.621,72	149.596.184,58
PREVISÃO NA LOA	183.802.323,00	5.736.433,00	189.538.756,00
AJUSTE DE PERDAS 2023 (LOA - META 442)	-79.796.201,33	-573.643,30	-80.369.844,63

#### b) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIO - LONGO PRAZO

Foram realizados estudos em conjunto com a empresa FALCONI ao longo da execução do contrato 0957/2022/PGE, processo SEI com a finalidade de criar procedimentos de classificação do crédito por meio do estabelecimento de critérios de qualidade para fins de gestão da possibilidade de recuperação da Dívida Ativa estadual. Definindo então, pela elaboração de um rating de qualificação híbrida da dívida ativa, com modelo qualitativo e quantitativo, cuja apresentação final do resultado dos Ratings é apresentada via Power BI.

Este modelo de qualificação foi entregue pela consultoria FALCONI através do "Relatório de Qualificação da Dívida", anexado ao processo SEI 0020.020414/2023-11, ID (0045124203), detalhando os procedimentos tecnológicos, parâmetros e critérios utilizados para aferir de forma mais assertiva a Qualificação da dívida conforme informações disponíveis da dívida ativa e o devedor.

Por fim, com o encerramento do exercício de 2023, com o saldo do estoque de 31/12/2023, foi gerado a Qualificação da Dívida Ativa do Estado de Rondônia, através dos Ratings A, B, C e D, seguindo a metodologia desenvolvida pela consultoria FALCONI, o Estoque da Dívida Ativa do Estado de Rondônia, ficou classificado de acordo com a metodologia utilizada para fins de priorização de ações de cobrança e para contabilização dos valores de Ajuste de Perdas, conforme abaixo:

#### Resultado do Exercício de 2023:

Foi realizada a análise de 920 mil CDAs que correspondem a R\$ 17,54 bilhões, referente ao mês 12 de 2023. Nesta análise é possível observar a distribuição das CDAs por tipo (tributária e não tributária) e por CPF/CNPJ.

Em termos de quantidade de CDAs, a maior concentração está presente nas tributárias (76%) e em CPFs (69%).

Em termos de valor de CDAs, a maior concentração está presente nas tributárias (72%) e em CNPJ (75%).

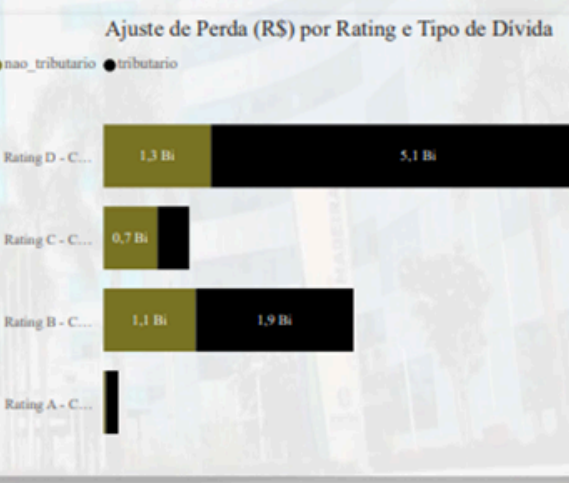
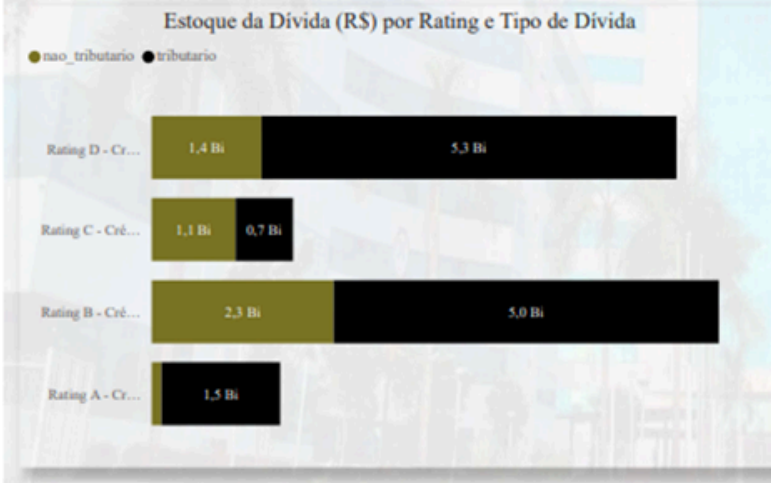
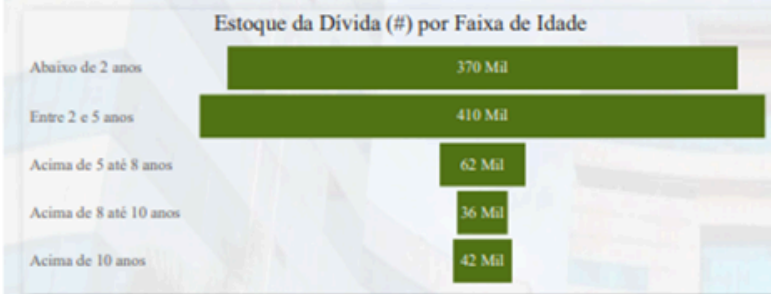
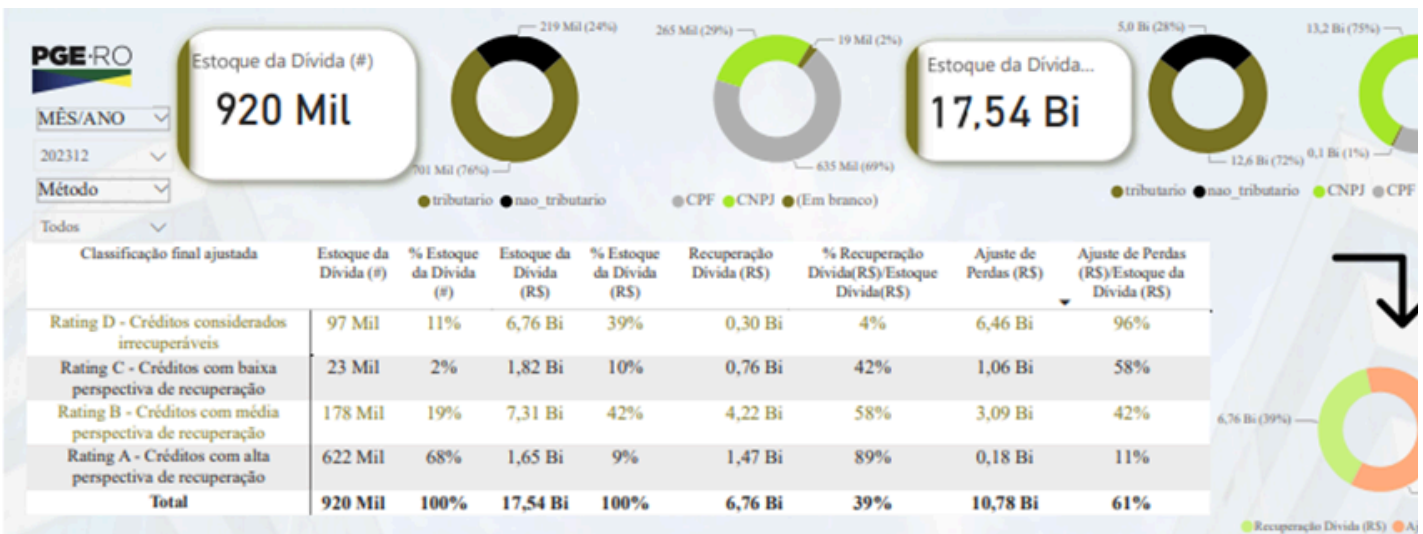
#### Resultado de qualificação da dívida (Big Numbers)

A distribuição das CDAs por Rating, foi possível perceber que a maior concentração das dívidas em quantidade está nos ratings A e B (aproximadamente 97%) e em valores está nos ratings B e D (aproximadamente 81%).

Além da distribuição do estoque das dívidas nas faixas, foi realizada outra análise para identificar o valor de recuperação da dívida, onde pode-se observar que R\$ 6,76 bilhões dos R\$ 17,54 bilhões foram considerados recuperáveis, ou seja, 39% do estoque total, logo, o ajuste de perda (61% restante) é equivalente a R\$ 10,78 bilhões.

### Resultado Geral de Qualificação Qualitativa da dívida.

Classificação final ajustada	Estoque da Dívida (#)	% Estoque da Dívida (#)	Estoque da Dívida (R\$)	% Estoque da Dívida (R\$)	Recuperação Dívida (R\$)	% Recuperação Dívida(R\$)/Estoque Dívida(R\$)	Ajuste de Perdas (R\$)	Ajuste de Perdas (R\$)/Estoque da Dívida (R\$)
Rating D - Créditos considerados irrecuperáveis	97 Mil	11%	6,76 Bi	39%	0,30 Bi	4%	6,46 Bi	96%
Rating C - Créditos com baixa perspectiva de recuperação	23 Mil	2%	1,82 Bi	10%	0,76 Bi	42%	1,06 Bi	58%
Rating B - Créditos com média perspectiva de recuperação	178 Mil	19%	7,31 Bi	42%	4,22 Bi	58%	3,09 Bi	42%
Rating A - Créditos com alta perspectiva de recuperação	622 Mil	68%	1,65 Bi	9%	1,47 Bi	89%	0,18 Bi	11%
<b>Total</b>	<b>920 Mil</b>	<b>100%</b>	<b>17,54 Bi</b>	<b>100%</b>	<b>6,76 Bi</b>	<b>39%</b>	<b>10,78 Bi</b>	<b>61%</b>



## CRITÉRIOS QUALITATIVOS DE QUALIFICAÇÃO DA

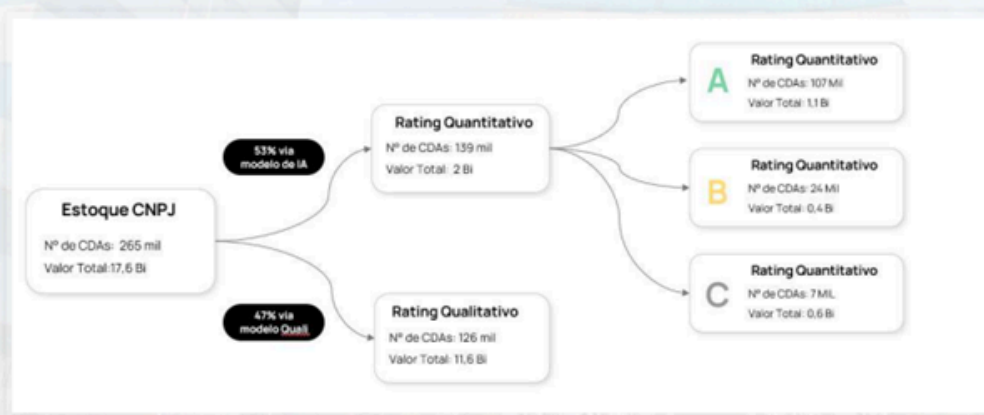
Qualificação da dívida				Qualificação do devedor			
Tipo de Crédito	Peso	Tipo de Receita	Peso	Faixa de Idade	Peso	Situação Cadastral do Devedor	Peso
Tributário	4	ITCD	5	Abaixo de 2 anos	5	Ativo	4
Não Tributário	1	IPVA	4	Entre 2 e 5 anos	4	Outro	3
		ICMS	3	Acima de 5 até 8 anos	3	Suspensão	2
		Pena pecuniária (Não Tributários)	2	Acima de 8 até 10 anos	2	Baixado	1
				Acima de 10 anos	1	Cancelado	1
						Não Classificado	1

Peso dos Critérios		Definição do Rating			
Critérios	Pesos	Rating	Descrição	Faixa de Pontuação	% Recuperação da dívida
Capacidade de pagamento	40%	A	Créditos com alta perspectiva de recuperação	Acima de 3,6 pontos	De 67,6% até 90%
Faixa de Idade	30%	B	Créditos com média perspectiva de recuperação	De 2,4 até 3,6 pontos	De 45% até 67,5%
Situação Cadastral do Devedor	10%	C	Créditos com baixa perspectiva de recuperação	De 1,6 até 2,39 pontos	De 30% até 44,9%
Tipo de Crédito	10%	D	Créditos considerados irrecuperáveis	Até 1,59 ponto ou Dívida acima de 10 anos	0
Tipo de Receita	10%				
<b>Total</b>	<b>100%</b>				

## CRITÉRIOS QUANTITATIVOS DE QUALIFICAÇÃO DA DÍVIDA

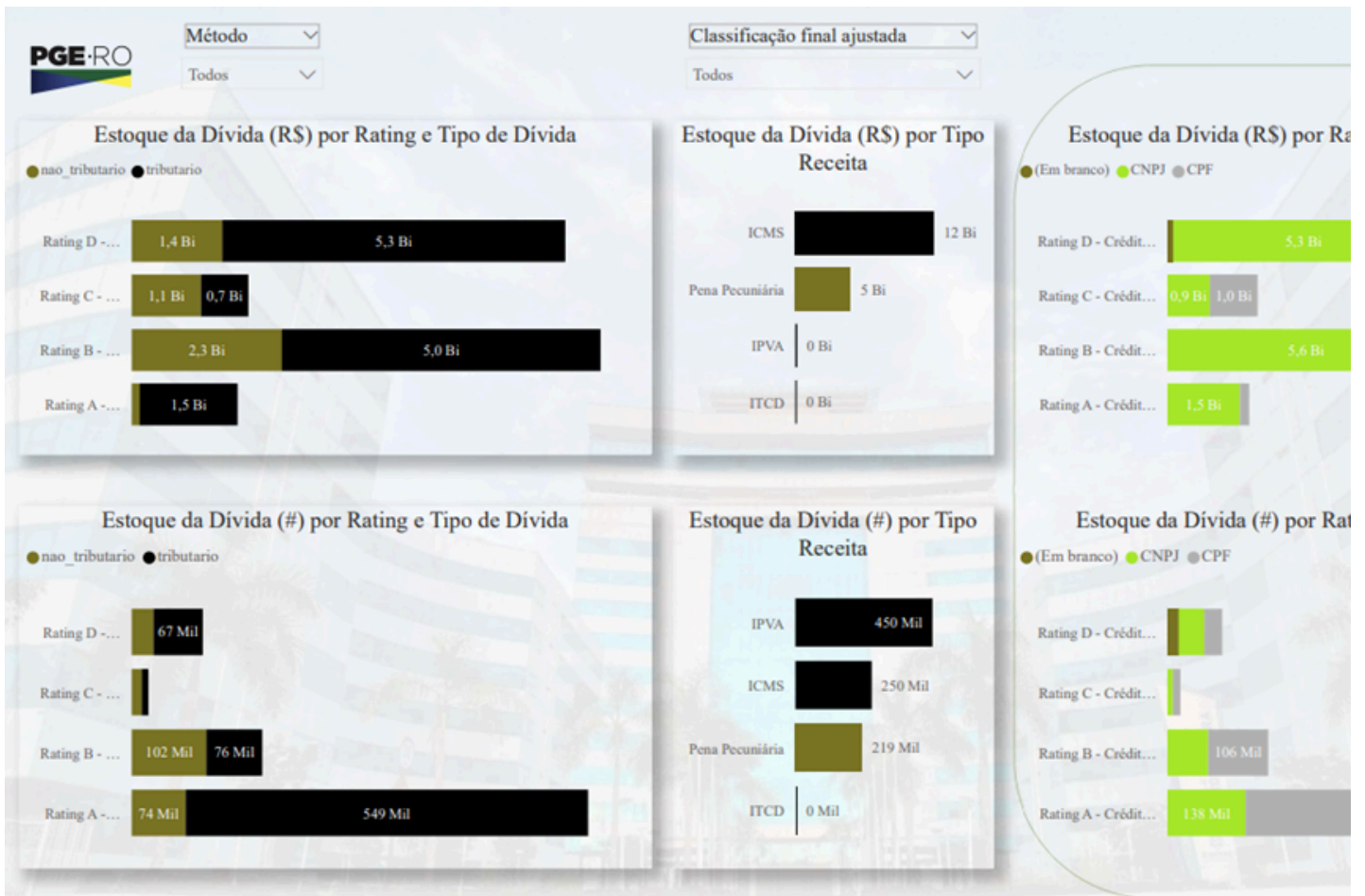
Definição do Rating			
Rating	Descrição	Critérios	% Recuperação da dívida
A	Créditos com alta perspectiva de recuperação	Classe até 365 dias	90%
B	Créditos com média perspectiva de recuperação	Classe até 720 dias	70%
C	Créditos com baixa perspectiva de recuperação	Classe > 720 dias	50%
D	Créditos considerados irrecuperáveis	Classe > 720 dias e Recência > 4 anos	0%



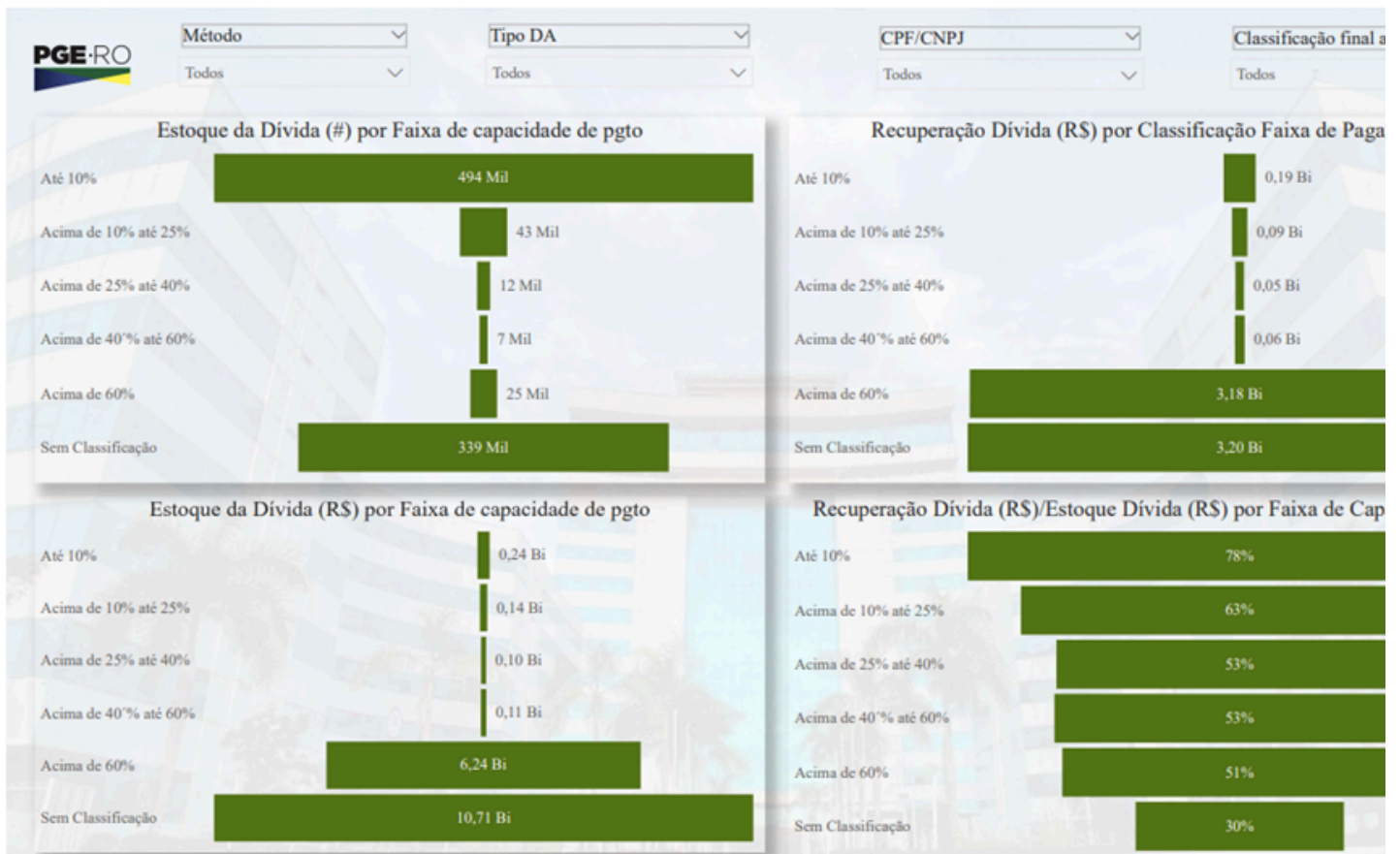
O detalhamento dos critérios passo a passo para a elaboração do modelo quantitativo está com *Model Card*

**6,76 Bi**  
Soma de Recuperação Dívida Fina

### ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA POR TIPO DE DÍVIDA/RECEITA



## ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA X CAPACIDADE DE PAGAMENTO



Resultado em valores absolutos do estoque e ratings 2023.

Resultado de Apuração do Estoque do Exercício de 2023							
CLASSIFICADO POR RATING - A B C D							
ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA				AJUSTE DE PERDAS			VALOR
TIPO	NÃO TRIBUTÁRIA	TRIBUTÁRIA	TOTAL DO ESTOQUE	NÃO TRIBUTÁRIA	TRIBUTÁRIA	TOTAL AJUSTE PERDAS	VALOR
RATING A	124.580.020,06	1.526.490.371,34	1.651.070.391,40	26.029.104,66	154.529.538,37	180.558.643,03	1
RATING B	2.344.534.990,09	4.965.893.416,41	7.310.428.406,50	1.137.252.589,93	1.949.400.327,60	3.086.652.917,53	4
RATING C	1.079.231.421,44	739.274.113,22	1.818.505.534,66	667.585.065,75	390.071.640,52	1.057.656.706,27	
RATING D	1.413.838.760,13	5.346.776.973,47	6.760.615.733,60	1.327.331.419,98	5.129.687.207,09	6.457.018.627,07	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.962.185.191,72</b>	<b>12.578.434.874,44</b>	<b>17.540.620.066,16</b>	<b>3.158.198.180,32</b>	<b>7.623.688.713,58</b>	<b>10.781.886.893,90</b>	<b>6</b>

Relatório Comparativo de Arrecadação da Dívida Ativa – Média Nacional dados atualizados até 2022

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA ENTRE OS ESTADOS E A UNIÃO					
UNIÃO E ESTADOS	ANO DO BALANÇO	Estoque Total de Dívida Ativa	Arrecadação da Dívida Ativa	Percentual de arrecadação sobre estoque	PIB (1.000.000 R\$)
UNIÃO	2022	2.896.268.987.495	32.148.875.129	1,11	-
Acre	2022	922.310.473	20.597.726	2,23	21.374
Alagoas	2022	40.580.000.000	32.256.956	0,08	76.266
Amapá	2022	357.099.157	7.110.700	1,99	20.100
Amazonas	2022	8.397.597.000	80.000.0000	0,95	131.531
Bahia	2022	24.898.859.516	169.527.361	0,68	352.618
Ceará	2022	14.933.871.000	177.725.845	1,19	194.885
Distrito Federal	2022	38.174.569.401	720.794.820	1,89	286.944
Espírito Santo	2022	33.299.232.392	65.842.556	0,20	186.337
Goiás	2022	67.265.017.000	*não informado		269.628
Maranhão	2022	8.569.428.084	130.155.889	1,52	124.981
Mato Grosso	2022	77.837.707.051	325.282.052	0,42	233.390
Mato Grosso do Sul	2022	21.755.418.087	93.901.650	0,43	142.204
Minas Gerais	2022	66.069.303.189	789.179.546	1,19	857.593
Pará	2022	30.452.684.288	615.597.632	2,02	262.905
Paraíba	2022	12.660.592.000	118.750.000	0,94	77.470
Paraná	2022	43.506.533.582	908.163.562	2,09	549.973
Pernambuco	2022	26.863.068.377	222.977.118	0,83	220.814
Piauí	2021	3.132.098.932	8.484.850	0,27	64.028
Rio de Janeiro	2022	135.793.207.387	757.743.862	0,56	949.301
Rio G. do Norte	2022	9.777.981.000	45.059.099	0,46	80.181
Rio Grande do Sul	2021	20.987.283.583	702.887.918	3,35	581.284
<b>Rondônia</b>	<b>2022</b>	<b>16.192.186.516</b>	<b>148.735.142</b>	<b>0,92</b>	58.170
Roraima	2022	3.410.766.173	8.094.610	0,24	18.203
Santa Catarina	2022	24.655.713.528	133.810.000	0,54	428.571
São Paulo	2022	375.315.434.057	3.795.631.724	1,01	2.719.751
Sergipe	2021	10.574.398.532	64.291.373	0,61	51.861
Tocantins	2022	21.748.491.113	205.745.287	0,95	51.781
<b>Média Nacional</b>		<b>42.152.994.497</b>	<b>398.013.357</b>	<b>0,94</b>	-

Média Nacional x Rondônia			
Estatística Descritiva	Estoque Total de Dívida Ativa	Arrecadação da Dívida Ativa	Percentual de arrecadação sobre estoque
<b>Média Nacional</b>	<b>42.152.994.497,29</b>	<b>398.013.357,23</b>	<b>0,94</b>
<b>Mediana</b>	21.755.418.087,53	141.272.571,01	0,93
<b>Máximo</b>	375.315.434.057,00	3.795.631.724,00	3,35
<b>Mínimo</b>	357.099.157,17	7.110.700,00	0,08
<b>Rondônia</b>	<b>16.192.186.516,69</b>	<b>148.735.142,02</b>	<b>0,92</b>
<b>União</b>	<b>2.896.268.987.495,90</b>	<b>32.148.875.129,00</b>	<b>1,11</b>

Os dados apresentados na planilha são referentes ao exercício de 2022, pois ainda não há dados disponíveis para o exercício de 2023 quando este relatório foi elaborado. É importante ressaltar que o estado de Goiás não disponibilizou os dados de arrecadação da dívida ativa, não havendo informações publicadas sobre seu desempenho nesse quesito.

Os valores revelam uma grande dispersão no estoque de dívida ativa, arrecadação e percentual de arrecadação sobre o estoque entre os estados brasileiros. Essa dispersão indica diferentes realidades e estágios no processo de cobrança e arrecadação da dívida ativa pelos entes federativos. Vale observar que os dados da União estão presentes no relatório apenas para fins de comparação, porém não fazem parte do cálculo das médias, visto que seus valores são muito superiores e não refletem a média dos estados.

Inicialmente, é importante comparar o desempenho de Rondônia com a média nacional dos estados. No entanto, é necessário destacar que a média é impactada por alguns estados com valores muito superiores aos demais, configurando outliers:

**Estoque de Dívida Ativa:** Rondônia (R\$ 16,19 bilhões) ficou abaixo da média nacional dos estados (R\$ 42,15 bilhões), que é fortemente influenciada por valores extremos como São Paulo (R\$ 375,32 bilhões).

**Arrecadação da Dívida Ativa:** Rondônia (R\$ 148,74 milhões) também ficou abaixo da média nacional dos estados (R\$ 398,01 milhões), novamente impactada por outliers como São Paulo (R\$ 3,8 bilhões).

**Percentual de Arrecadação sobre Estoque:** Neste quesito, Rondônia (0,92%) se aproximou da média nacional dos estados (0,94%), que é menos afetada pelos outliers.

O desempenho de Rondônia se aproxima mais da realidade da maioria. Seu percentual de arrecadação sobre o estoque próximo à média nacional sugere um desempenho relativo satisfatório no processo de arrecadação.

Ao analisar os estados com padrões similares e inferiores a Rondônia, observa-se que:

**Estados com percentual de arrecadação/estoque próximo a Rondônia (0,92%):** Mato Grosso do Sul (0,43%), Mato Grosso (0,42%), e Pará (2,02%).

**Estados com percentual inferior a Rondônia:** Piauí (0,27%), Roraima (0,24%), Espírito Santo (0,20%), Alagoas (0,08%), entre outros.

Dessa forma, apesar de Rondônia não estar entre os estados com os maiores valores absolutos de arrecadação e estoque de dívida ativa, seu desempenho percentual de arrecadação sobre o estoque o posiciona em uma faixa intermediária, superior a vários outros estados e próximo à média nacional dos estados.

Esses resultados indicam que Rondônia está em um processo de evolução na recuperação da dívida ativa, com um percentual de arrecadação relativamente satisfatório em comparação à média nacional dos estados. No entanto, o estado reconhece a necessidade de contínuo aprimoramento, buscando implementar ações estratégicas voltadas para a melhoria dos processos, integração entre órgãos envolvidos, atualização de normas e decretos, desenvolvimento de

novas ferramentas de cobrança e aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia da informação. Essas iniciativas visam aumentar a eficiência na gestão e evidenciação contábil da dívida ativa, bem como elevar os níveis de arrecadação, aproveitando as oportunidades existentes quando comparado aos estados com os maiores percentuais de recuperação, como o Rio Grande do Sul (3,35%).

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

**RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

**ESDRAS SIMIONATO PAZ**

Diretor de Planejamento e Finanças

**THIAGO DINGER QUEIROZ**

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esdra simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DINGER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760475** e o código CRC **FE8ABEDF**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE  
**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CNPJ: 19.907.343/0001-62

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**  
Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022  
Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964

Em R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>		-	-
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>		-	-
<b>EXPLORAÇÃO DE BENS E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>		-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>		<b>2.188.265.086,59</b>	<b>66.276.723,05</b>
Variações Monetárias e Cambiais		2.188.264.751,58	66.276.473,50
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		335,01	249,55
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>		<b>2.686.401.147,80</b>	<b>8.986.479.074,92</b>
Transferências Intragovernamentais		2.686.401.147,80	8.986.479.074,92
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>		<b>279.961.893,23</b>	<b>1.883.439.620,04</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos		279.961.893,23	1.883.439.620,04
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>1.417.273.228,61</b>	<b>804.071.619,96</b>
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		926.864.078,65	708.163.454,56
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		490.409.149,96	95.908.165,40
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>6.571.901.356,23</b>	<b>11.740.267.037,97</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>		<b>88.115.738,29</b>	<b>75.569.642,66</b>
Remuneração a Pessoal		63.119.243,91	59.938.491,55
Encargos Patronais		9.108.743,04	8.271.673,31
Benefícios a Pessoal		4.289.758,99	4.124.291,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		11.597.992,35	3.235.186,80
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>		<b>309.767,03</b>	<b>266.263,12</b>
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		309.767,03	266.263,12
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>		<b>6.558.434,85</b>	<b>4.823.490,79</b>
Uso de material de consumo		241.321,04	249.321,39
Serviços		5.715.281,92	4.086.793,91
Depreciação, Amortização e Exaustão		601.831,89	487.375,49
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>		-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>		<b>503.644.624,39</b>	<b>108.823.687,74</b>
Transferências Intragovernamentais		503.644.624,39	108.676.619,22
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	147.068,52
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>		<b>3.859.647.231,53</b>	<b>5.369.256.456,40</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		314.138.314,48	3.906.159.526,20
Desincorporação de Ativos		3.545.508.917,05	1.463.096.930,20
<b>TRIBUTÁRIAS</b>		<b>4.696,77</b>	<b>4.562,36</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.484,97	4.562,36
Contribuições		211,80	-
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>148.781.220,17</b>	<b>1.384.218.957,42</b>
Participações e Contribuições		8.272.222,28	3.265.433,50
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		140.508.997,89	1.380.953.523,92
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>4.607.061.713,03</b>	<b>6.942.963.060,49</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)</b>		<b>1.964.839.643,20</b>	<b>4.797.303.977,48</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

### **3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

#### **3.4.1 - Conceito**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Os itens de VPA e VPD não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por norma específica.

#### **3.4.2 – Notas Explicativas**

##### **Nota 23 – Variações Monetária e Cambiais**

Compreende o valor de R\$ 2.188.264.751,58 (dois bilhões, cento e oitenta e oito milhões, duzentos e sessenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos) é decorrente da variação monetária cambial da Dívida Ativa.

##### **Nota 24 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicação Financeira**

Compreende o valor de R\$ 335,01 (trezentos e trinta e cinco reais e um centavo) é decorrente da receita de rendimento de aplicação financeira, período de janeiro a dezembro de 2023 das contas bancárias cadastradas e vinculadas no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, registrado na fonte de recurso 0100.

##### **Nota 25 - Transferências e Delegações Recebidas**

Nesse grupo de contas são registrados os valores de transferências recebidas de outras unidades.

A PGE recebeu a quantia de R\$ 2.686.401.147,80 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e um mil cento e quarenta e sete reais e oitenta centavos), de Transferência Intragovernamental - Financeira, da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro na fonte de recurso 0100 e de exercício anterior na fonte de recurso 0300 de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

##### **Nota 26 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

Nesse grupo de contas são registrados os valores de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

A PGE teve valorização e ganho da quantia de R\$ 279.961.893,23 (duzentos e setenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil oitocentos e noventa e três reais e vinte e três centavos), referente a Dívida Ativa.

##### **Nota 27 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

Nesse grupo de contas são registrados os valores de outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

A PGE teve variação patrimonial aumentativa da quantia de R\$ 1.417.273.228,61 (um bilhão, quatrocentos e dezessete milhões, duzentos e setenta e três mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos), referente a Dívida Ativa.

O Decreto nº 27.784, de 30 de dezembro de 2022, dispôs sobre os procedimentos e competência para os registros contábeis da Dívida Ativa. Definindo no Art. 3º que a Procuradoria Geral do Estado será responsável por efetivar o registro mensal do estoque da dívida ativa do estado de Rondônia.

##### **Nota 28 - Transferências e Delegações Concedidas**

A UG/Gestão 110003/00001 - PGE, concedeu por Transferência Intragovernamental - Financeira e não Financeira a totalidade de R\$ 503.644.624,39 (quinhentos e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) abaixo discriminados:

CONTA	TÍTULO	VALOR R\$
35100000000	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	503.644.624,39
35112020000	REPASSE CONCEDIDO	78.322,80
35122010300	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	12.888.582,46
35122020300	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	132.984,17
35122020400	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	106.442,91
35122029900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	490.438.292,05

#### Nota 29 – Resultado Patrimonial do Exercício

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultado ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativa - aumentativa no valor de R\$ 6.571.901.356,23 (seis bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, novecentos e um mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos), e as variações patrimoniais quantitativas - diminutiva no valor de R\$ 4.607.061.713,03 (quatro bilhões, seiscentos e sete milhões, sessenta e um mil setecentos e treze reais e três centavos), apresentando o resultado patrimonial positivo do exercício no valor de R\$ 1.964.839.643,20 (um bilhão, novecentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos), que será exposto no Balanço Patrimonial – Resultado Acumulado -Superavit/Déficits do Exercício.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

#### RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

#### ESDRAS SIMIONATO PAZ

Diretor de Planejamento e Finanças

#### THIAGO DENGER QUEIROZ

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760491** e o código CRC **29A73DD2**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
 Procuradoria Geral do Estado - PGE  
**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
 CNPJ: 19.907.343/0001-62

**DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA**

Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022

Em R\$1,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>INGRESSO</b>		<b>144.288.905,97</b>	<b>115.123.815,69</b>
Receita Patrimonial		335,01	249,55
Transferências correntes recebidas		120.219.233,42	95.393.340,38
Outros ingressos operacionais		24.069.337,54	19.730.225,76
<b>DESEMBOLSO</b>		<b>139.739.003,75</b>	<b>115.794.250,91</b>
Pessoal e demais despesas		94.229.387,70	76.259.597,65
Transferências concedidas		21.394.096,07	19.805.049,56
Outros desembolsos operacionais		24.115.519,98	19.729.603,70
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>4.549.902,22</b>	<b>670.435,22</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSO</b>		<b>1.650.148,96</b>	<b>246.367,28</b>
Aquisição de Ativo não Circulante		1.650.148,96	246.367,28
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>- 1.650.148,96</b>	<b>- 246.367,28</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSO</b>		-	-
<b>Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>2.899.753,26</b>	<b>916.802,50</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		1.313.120,69	2.229.923,19
Caixa e Equivalente de caixa final		4.212.873,95	1.313.120,69
<b>VARIAÇÃO (FINAL - INICIAL)</b>		<b>2.899.753,26</b>	<b>916.802,50</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

Em R\$1,00

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		120.219.233,42	95.393.340,38
Total das Transferências Recebidas		120.219.233,42	95.393.340,38
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		21.394.096,07	19.805.049,56
Total das Transferências Concedidas		21.394.096,07	19.805.049,56

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

Em R\$1,00

FUNÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Essencial à Justiça		74.347.912,37	69.762.877,35
Encargos Especiais		19.881.475,33	6.496.720,30
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>94.229.387,70</b>	<b>76.259.597,65</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

Em R\$1,00

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

### 3.5 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

#### 3.5.1 - Conceito

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público.

As informações destes fluxos de caixa, são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil, instrumento para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários, projetar cenários de fluxos de caixas futuros, e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (MCASP, parte V, 9ª Ed. 2021).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 31 de dezembro de 2023, a geração líquida de caixa, foi na ordem R\$ 2.899.753,26 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos);

Já na elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC, são utilizadas as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta caixa e equivalentes de caixa. Que por restrições legais impeçam o uso geral dos saldos demonstrados. Ainda considerando a doutrina disciplinada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição, no item 6.3, página 452:

*"... Algumas operações podem interferir na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, como, por exemplo, as retenções. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos de caixa e equivalente de caixa podem ser afetados. Basicamente a diferença será sob o aspecto temporal. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido. Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções deverão ser evidenciados em notas explicativas..."*

As parametrizações e alterações dos saldos exposto no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC desta Unidade Gestora, é exclusiva da Superintendência Estadual de Contabilidade - COGES, autoridade contábil, prevista na Lei Complementar nº 697 de 26 de dezembro de 2012.

#### 3.5.2 – Notas Explicativas

##### Nota 30 - Remuneração Disponibilidade

Compõe-se o valor de R\$ 335,01 (trezentos e trinta e cinco reais e um centavo) são decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras do período de janeiro a dezembro de 2023 da conta bancária cadastrada e vinculada no CNPJ da Procuradoria Geral do Estado, que foram registradas na fonte de recurso 0100.

##### Nota 31 - Transferências Recebidas

O valor total de Transferências recebidas no valor de R\$ 120.219.233,42 (cento e vinte milhões, duzentos e dezenove mil duzentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), valores registrados nas contas contábeis variação patrimonial aumentativa 45112020000 – Repasse recebido no valor de R\$ 108.673.930,34 (cento e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) e conta contábil 45122010300 – Movimento de fundos a débito no valor de R\$ 11.545.303,08 (onze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e três reais e oito centavos) no período de janeiro a dezembro de 2023, esses valores referem-se às Ordens Bancárias - OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140001/00001, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro na fonte de recurso 0100 e de exercício anteriores na fonte de recurso 0300 de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados.

##### Nota 32 – Caixa e equivalentes de caixa final

No Exercício de 2023 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 4.212.873,95 (quatro milhões, duzentos e doze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos);

Informamos que os saldos relacionados no domicílio e conta bancária nº 001 2757X 10.0005, refere-se as transferências financeiras a débito, por meio da transação de pagamento por ordem bancária - OB, registrando a conta contábil 1.1.1.1.1.02.02 - conta única do tesouro, fonte 0100 da UG/Gestão 140001/00001 – SEFIN para a UG/Gestão 110003/00001 – PGE, com o objetivo de subsidiar os empenhos liquidados e os empenhos a liquidar do Exercício e os restos a pagar de exercício anterior;

E os demais domicílios e contas bancárias, têm a denominação "D" em virtude de estarem vinculados no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ desta instituição, porém os recursos financeiros são oriundos do recurso do tesouro – conta única, com a finalidade dos pagamentos de adiantamento com suprimento de fundo e débito automático das faturas (ceron, caerd e entre outros), gerando receitas de aplicações financeiras do período de janeiro a dezembro de 2023.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

**RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

**ESDRAS SIMIONATO PAZ**

Diretor de Planejamento e Finanças

**THIAGO DINGER QUEIROZ**

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **EsdraS simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGHER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760506** e o código CRC **3FBF416D**.

Referência: Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0020.020822/2023-73

SEI nº 0046760506



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE  
**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CNPJ: 19.907.343/0001-62

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/1964  
Período: 1.1.2023 a 31.12.2023 e 1.1.2022 a 31.12.2022

Em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	Pat. Social /Capital Social	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital(AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							2.664.427,31	4.809.110.827,91		4.811.775.255,22
Ajustes de exercícios anteriores	33	-	-	-	-	-	-	- 29.201,93	-	- 29.201,93
Resultado do exercício	34	-	-	-	-	-	-	1.964.839.643,20	-	1.964.839.643,20
Saldos finais		-	-	-	-	-	2.664.427,31	6.773.921.269,18	-	6.776.585.696,49

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

### 3.6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

#### 3.6.1 - Conceito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

A DMPL será elaborada utilizando-se o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do PCASP.

#### Nota 33 – Ajuste de Exercícios anteriores

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos, resultando um saldo final na ordem de R\$ - 29.201,93 (vinte e nove mil duzentos e um reais e noventa e três centavos), de ajuste que se fez em razão de não ter sido realizado o lançamento de depreciação de móveis e imóveis de exercícios anteriores.

#### **Nota 34 – Resultado do Exercício**

No exercício de 2023 foi apurado superávit de R\$ 1.964.839.643,20 (um bilhão, novecentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos). Valor este representado quase que pela totalidade ao registro da Dívida Ativa do Estado de Rondônia.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

#### **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS**

Coordenador de Contabilidade Institucional

CRCRO-004920/O

#### **ESDRAS SIMIONATO PAZ**

Diretor de Planejamento e Finanças

#### **THIAGO DENGER QUEIROZ**

Procurador Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Esdra simionato paz, Diretor(a)**, em 15/03/2024, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS, Coordenador(a)**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DENGER QUEIROZ, Procurador(a) Geral do Estado**, em 15/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046760524** e o código CRC **463BE36F**.